

A REF em tempos de retomadas físicas, temáticas e políticas

The REF in Times of Physical, Thematic and Political Recovery

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



As Universidades que nos acolhem presencialmente depois de dois anos de trabalhos por meios virtuais operam suas adaptações, escolhem novas lideranças e clamam por instâncias democráticas em tempo de grandes decisões.

Imbuídas da reflexão dos modos de narrar que frequentam a contemporaneidade, mais uma vez estamos reunidas para pensar sobre textos e contextos que fazem a *Revista Estudos Feministas* sempre se voltar para o momento atual, que se esboça entre o apocalíptico e o esperançoso em um espaço em que habitam uma nova ética e uma nova ordem. Estamos em meados de 2022 de um tempo (período?) ainda pandêmico, de contágios e de vacinas protetoras, do SUS e seu acesso democrático, em que se deseja uma volta da normalidade, plena de movimentos oscilantes, típicos de um processo de retomadas individuais e coletivas em que se criam, recriam, inventam e reinventam modos de agir e de pensar.

A Seção Temática deste número da REF traz artigos produzidos a partir de palestras proferidas em Mesas-Redondas do Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado pela primeira vez em forma virtual, conforme relato inicial no editorial do número 1 deste volume da revista (LAGO *et al.*, 2022), e detalhado nesta edição por Janine Gomes da Silva e Jair Zandoná (2022), envolvida/o na coordenação e na secretaria do evento.

Nas páginas de revistas que publicam por muitas décadas estudos feministas e de gênero, podemos acompanhar as dinâmicas históricas de possibilidades discursivas sobre temas, teorias, métodos, conceituações, referentes a esses estudos, cujos focos se vão desdobrando e interseccionando: mulheres, gênero, sexualidades.

Uma questão motivadora dos movimentos e estudos de mulheres, em diferentes interpretações teóricas, é a de sua posição secundarizada nas sociedades ocidentais, já presente nas lutas por igualdade em séculos passados e teorizada por Simone de Beauvoir (1980) em meados do século XX, posição subalternizada que as sujeitavam e sujeitam a violências de muitas ordens.

Violência é um tema sempre presente nas páginas da REF, seja contra mulheres, seja contra indígenas, contra pessoas negras, pobres, pessoas dissidentes das sexualidades normativas, pessoas portadoras de deficiências. Violências de várias ordens, refletidas em estatísticas internacionais que nos desfavorecem e envergonham como país.

Enquanto caminhavam os trabalhos para a edição deste número da revista, tivemos duas incursões policiais em comunidades periféricas do Rio de Janeiro, com dezenas de mortes de pessoas negras em cada uma delas, justificadas no discurso institucional das violentas polícias do país, como operações de combate ao tráfico. Mortes impunes, vidas descartáveis, vidas precárias (Judith BUTLER, 2005). Tivemos também, na floresta amazônica, as mortes com requintes de crueldade do ambientalista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista e fotógrafo Dom Phillips, defensores dos povos indígenas. Foram casos com grande repercussão; o primeiro pela

repetição e a garantia de impunidade dos agentes de segurança do Estado; o segundo pela condição de estrangeiro de Dom Phillips com a cobertura do noticioso internacional.

Outro tema que se tem repetido nos estudos de mulheres, gênero, sexualidades, bandeira de luta dos movimentos de mulheres desde a eclosão dos feminismos de segunda onda, é o referente às reivindicações pela autonomia e domínio de seus próprios corpos, a questão da reprodução e da contracepção – o direito ao aborto seguro,¹ questão sempre atualizada e complexa, imbricada a muitas intervenções criminalizadoras por sistemas religiosos, judiciais, agora intensificadas pelas ondas de conservadorismos que eclodiram no Brasil e no exterior. Como exemplo, temos o retrocesso de recente decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos sobre o tema do aborto legal.

Não bastassem a pandemia e o governo empenhado na destruição de todas as políticas públicas inclusivas construídas por muitas décadas e com muito esforço de movimentos sociais, tivemos, no Brasil, a repetição de um caso de aborto legal referente a estupro de vulnerável. Em curto período de tempo, foi a segunda menina brasileira vítima de atitudes inconstitucionais de autoridades, com tentativas de impedimento da interrupção de gestação que incorreria, inclusive, no risco de vida para as crianças vítimas de estupro. No caso ocorrido anteriormente, na região Nordeste do país, com o envolvimento de pessoas ligadas ao próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em ataques violentos contra a interrupção da gravidez da menina de 12 anos e, agora, na prática antiaborto legal, garantido pela constituição brasileira, de menina de 11 anos por parte de agentes mulheres do sistema judiciário catarinense, secundadas por parlamentares (mulheres, inclusive) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Conferir excelente cobertura do Portal Catarinas (Soraia MENDES, 2022a; 2022b; Bruna de LARA; Paula GUIMARÃES, 2022; GUIMARÃES, 2022a; 2022b; 2022c; GUIMARÃES; LARA; Tatiana DIAS, 2022; Kelly RIBEIRO, 2022; Léo Rosa de ANDRADE, 2022; Fernanda PESSOA, 2022) sobre este caso e seus desdobramentos em propostas e decisões de parlamentares da ALESC.

Este número da Revista traz um ensaio e vários artigos que tratam de vivências e também de violências contra meninas, mostrando a atualidade de tratarmos desta geração, pouco presente nas páginas da REF até então. Retoma, ainda, o tema do feminicídio em artigo focado na região amazônica, e muito presente na Seção Temática “Fazendo Gênero em tempos de pandemia”, que analisa o recrudescimento das violências de gênero neste período em que estivemos trabalhando confinadas em/de casa, em nossas diferentes posições de sujeito, com as atribuições sobrepostas dos cuidados, da maternidade, do trabalho.

Conforme pode ser visto a seguir, os artigos publicados nesse número abordam essas e outras temáticas, dando continuidade aos debates existentes e, ao mesmo tempo, levantando novas questões.

O artigo intitulado “La politización de lo íntimo en el mayo feminista chileno y el movimiento #ChileDespertó” reflete sobre a subjetivação política das novas gerações de ativistas na história recente do Chile, mais precisamente em 2018 e 2019. Surgido no contexto do movimento estudantil de 2018, que exigiu uma nova constituição e denunciou as violências da sociedade patriarcal, o movimento analisado foi interpretado a partir das entrevistas com as jovens ativistas sobre as especificidades das suas experiências políticas.

Por sua vez, o artigo “Entre a percepção e a realidade: *Glass ceiling* na elite administrativa em Portugal” questiona em que medida o sistema formal de seleção de dirigentes superiores da elite administrativa em Portugal, implantado em 2011, teria favorecido o acesso de um número maior de mulheres aos cargos de direção superiores. As autoras analisaram 297 processos de recrutamento e entrevistaram oito mulheres dirigentes, concluindo, entre outros aspectos, que houve um aumento da proporção de mulheres, no entanto, na maior parte das vezes para ocuparem cargos de segundo grau, confirmando assim a persistência do teto de vidro.

Entender a geografia do feminicídio no Brasil se torna cada vez mais urgente e necessário. A Amazônia ficava distante daqui até o artigo intitulado “Narrativas do feminicídio da Amazônia” fazer parte deste número, por meio da análise de narrativas jornalísticas e de como estas colonizam as mulheres com palavras como *assassinato*, *morta*, mascarando as assimetrias e as desigualdades entre os gêneros no contexto abordado.

Outros temas são debatidos em artigos a seguir que se relacionam, mais ou menos explicitamente, com o combate aos estereótipos sobre as mulheres. Um deles, intitulado “Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas”, dá continuidade às discussões sobre a articulação entre estudos feministas, pesquisa participante e pesquisa autobiográfica. As autoras sintetizam seu ponto de vista sobre essa articulação através do conceito de interpenetração – enquanto uma técnica de tecelagem manual –, no intuito de estimular as reflexões sobre gênero, classe e raça, no âmbito das pesquisas em Educação.

¹ A partir do número 2 do segundo volume da REF, editado em 1993, foram publicados quatro Dossiês sobre os temas da contracepção e dos direitos reprodutivos, além de um Dossiê sobre parto. Isto sem referir aos inúmeros textos publicados na seção Artigos da revista. (Conferir no Portal de Periódicos da UFSC)

No artigo “Parto y subjetivación femenina. Un proyecto artístico con madres al sur de Chile”, as autoras dialogaram com 48 mães chilenas, registrando seus relatos a propósito das suas vivências do parto, no âmbito de uma mediação artística. Tal mediação potencializou a transformação das subjetividades, mediante a desnaturalização dos estereótipos, favorecendo, através da discussão política e da criação artística, novas percepções sobre reconhecimento, necessidades, empoderamento e agenciamento.

Uma cartografia de gênero se delinea neste número e neste artigo intitulado “Biografías de mujeres para la infancia en el contexto brasileño y gallego”, onde as autoras mostram o resultado de uma pesquisa com crianças e adolescentes mulheres, cujas histórias de vida foram relevantes e podem ser usadas por docentes ou mediadores de leitura para tirá-las do silenciamento ou da invisibilidade.

O artigo “Contraescritas feministas: educação das meninas de pedra”, por meio de teorizações feministas opostas aos paradigmas coloniais, analisa as exclusões que atingem os corpos das meninas negras no decorrer do seu processo de escolarização, ocasionando seu afastamento do ensino formal. Trata-se de um trabalho que resgata a memória das autoras, empenhadas na reescrita da história oficial, com vistas à construção de um futuro compartilhado.

Na sequência, o artigo “Cuerpos femininos: Poder y Cultura en el Pacífico colombiano” analisa os sentidos atribuídos aos corpos de mulheres negras do meio rural de uma região colombiana. Através da história de vida e do método interpretativo das narrativas biográficas, o artigo ressalta as tensões entre elas e as rupturas das dinâmicas culturais impostas pela chegada de novos grupos alheios às comunidades negras, destacando as lutas das mulheres negras contra as interpretações dos grupos dominantes acerca dos seus corpos.

Revivendo memórias referidas a questões raciais e inspirada em escritoras que não fazem a separação entre vida e escrita, a autora de “Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil” destaca a potência da militância e da escrita como instrumentos de desconstrução da branquitude e do sofrimento de pessoas não brancas pelo racismo.

Analisando obras de duas proeminentes teóricas feministas negras, os autores de “Gramáticas do Atlântico Negro: Virgínia Bicudo e Grada Kilomba” afirmam o lugar de seus corpos de mulheres racializadas como instrumentos fundamentais para as contribuições teóricas e metodológicas que ambas aportaram à teoria sociológica no Brasil.

Nos deslocamentos de tempo e espaço que os artigos deste número vêm percorrendo, temos a reflexão, em “O futuro é feminino (e anticapitalista): A narrativa *cli-fi* escrita por mulheres”, sobre a ficção climática também conhecida como *cli-fi*, onde articulam a crise ambiental, o feminismo e a literatura. Em síntese, propõem um diálogo entre o feminismo, o ecofeminismo, o anticapitalismo, o antropoceno, através de discussão de obras que buscam a integração maior dos seres vivos com a natureza.

Posterior à reflexão ambiental que nos traz a ética como eixo, a literatura passa para o plano do simbólico na leitura de “A poesia de terror em Paul Éluard, Julia Hartwig e Anne Sexton”. Esta possibilidade alegórica representa a encenação do doloroso desamparo que diz respeito aos limites de gênero pela negatividade tão marcante no gênero gótico, típicos do Romantismo e que, segundo a autora, preparou caminho para a fenomenologia e para a psicanálise.

O artigo intitulado “Autonomia da mulher duplicada e sedução do estranho no *Solaris* de Tarkovsky” insere-se na mesma problemática da alegoria pela diferença, desta vez mirando o devir: a ficção científica com seus desvios e travessias: estranhamento, pavor, trágico, fantástico, com destaque na mulher duplicada, permitindo uma leitura fantástica do filme que dá título ao artigo sob o signo de uma subjetividade inautêntica, baseada em Simone de Beauvoir.

A trama de *You* acompanha a história de um psicopata que sempre volta sua atenção para mulheres especiais. O artigo apresentado “Joe Goldberg: Arquetipo de pragmática masculina del control y mito del romanticismo” propõe uma análise estrutural dos aspectos semióticos e narratológicos do personagem, sua masculinidade e a capacidade de exercer a violência e o controle sobre as mulheres utilizando a estratégia do amor romântico.

As trajetórias profissionais de jornalistas brasileiras e como o conhecimento delas permite entender as transformações estruturais do ofício, a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero que atinge as trabalhadoras contemporâneas no contexto capitalista e na condição sociopolítica do país são a questão principal abordada no artigo “Masculinização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)”.

A possibilidade de constituição de novos objetos permite o entendimento do artigo “Representações da beleza feminina: C&A Brasil e Portugal (Primavera/Verão 2018)”, que compara e analisa as formas de beleza feminina nas campanhas do segmento da empresa varejista C&A, no Brasil e em Portugal, via rede social Facebook. A conclusão é que a empresa buscou sutilmente representar a diversidade das diferentes formas da beleza feminina.

O artigo “Cinema feminista pioneiro na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980” analisa a participação de mulheres, a partir dos anos 60, na direção de filmes produzidos no continente. Destacando a obra de algumas cineastas latino-americanas, a autora busca

visibilizar também a filmografia feminista produzida por coletivos entre as décadas de 60 e 80 do século XX.

Na constatação de que o campesinato não desapareceria, como preconizavam Lênin e Kautsky no final do século XIX, mas permaneceria em diferentes formações sociais constituindo, como formulado por Thedor Shanin, uma “classe política” capaz de reivindicar direitos, a autora de “O conceito de classe social no feminismo camponês e popular” defende a legitimidade da utilização do conceito de classe pelo Movimento das Mulheres Camponesas no Brasil. Acredita ainda ser possível um diálogo do feminismo camponês com a perspectiva de luta anticapitalista de Silvia Federici.

Os autores e a autora de “Beauvoir e a crítica à supervalorização masculina na psicanálise freudiana” refletem sobre os questionamentos colocados por Simone de Beauvoir aos escritos de Freud acerca da diferença sexual, que hierarquizam positivamente os homens em nossas sociedades. Enfatizam as concepções ontológicas da filósofa sobre a condição de imanência que cerceia a socialização das mulheres, privando-as da transcendência, cuja leitura permite reivindicar as possibilidades ontológicas da liberdade feminina.

Focando na obra de MacKinnon, especificamente o texto *Only Words*, a autora de “Pornografia e atos de fala: a perspectiva de Catharine MacKinnon” reflete sobre a questão da pornografia, relevante tema dos debates feministas. Apontando para a importância da teoria dos atos de fala de Paul Austin no pensamento de MacKinnon, a autora argumenta que a consideração desta influência em sua obra pode garantir a coerência das concepções de MacKinnon.

A externalização de subjetividades e identidades a partir de modificações dos corpos de homens transexuais por substâncias sintéticas e efeitos prostéticos, temas que devemos à produção de Paul Preciado, é o foco da análise do artigo “Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado”, discussão fundamental sobre questões que perpassam as transexualidades masculinas, problematizando, como ressaltam o autor e a autora do texto, a hegemonia das cisheteronormatividades.

No artigo “Hacia un nuevo marco para superar las sombras del feminismo institucional”, as autoras buscam ultrapassar as limitações dos organismos institucionais de promoção de igualdade de gênero que não respondem às situações de injustiças sofridas pelas mulheres. Neste sentido, propõem políticas em chave de gênero que devem estar sempre sustentadas numa releitura das categorias éticas: injustiça estrutural, responsabilidade, representação e poder.

Na seção Ponto de Vista, no ensaio “O ser-menina e a imagem de Greta Thunberg na capa da revista Time”, são elaboradas problematizações em torno do conceito de menina, a partir de uma análise cultural crítica, baseada nos *girlhood studies* e nos estudos feministas. A imagem dessa ativista ambiental foi publicada na capa da mencionada revista em maio de 2019 e refletiria, de acordo com a autora, uma certa instabilidade da epistemologia da menina, “marcada por fissuras e traumas na representação”.

Nossas resenhas objetivam apresentar o olhar de leitoras e leitores com inserção acadêmica sobre uma bibliografia do tempo presente. Na seção deste número, trazem suas reflexões sobre publicações que contemplam temas como branquitude, feminismo pelo mundo, corpo e corporeidade, o olhar da ciência política, gênero e diálogos interdisciplinares. Todas as indicações são um convite às indagações da contemporaneidade a respeito de temas sempre bem recebidos pela REF.

Referências

ANDRADE, Léo Rosa de. “O suplício da menina, ou a eternidade do ‘mais um pouquinho’”. *Portal Catarinas*, 30/06/2022. Disponível em <https://catarinas.info/o-suplicio-da-menina-ou-a-eternidade-do-mais-um-pouquinho/>.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

GUIMARÃES, Paula. “Menina de SC: MPF recomenda que hospital da UFSC faça o aborto na criança de 11 anos estuprada”. *Portal Catarinas*, 22/06/2022a. Disponível em <https://catarinas.info/menina-de-sc-mpf-hospital-ufsc-aborto-crianca-11-anos/>.

GUIMARÃES, Paula. “Menina de SC: promotora mandou polícia buscar feto no hospital após aborto legal”. *Portal Catarinas*, 06/07/2022b. Disponível em <https://catarinas.info/menina-de-sc-promotora-mandou-policia-buscar-feto-no-hospital-apos-aborto-legal/>.

GUIMARÃES, Paula. “Menina de SC: desembargadora autoriza saída de abrigo de criança de 11 anos grávida após estupro”. *Portal Catarinas*, 21/06/2022c. Disponível em <https://catarinas.info/menina-gravida-de-sc-e-autorizada-a-deixar-abrigo/>.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. "Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto". *Portal Catarinas*, 20/06/2022. Disponível em <https://catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/>.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões. "30 anos de REF: resistimos e sobrevivemos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2022. e85998.

LARA, Bruna de; GUIMARÃES, Paula. "Menina grávida por estupro recebe alta após aborto legal em SC". *Portal Catarinas*, 25/06/2022. Disponível em <https://catarinas.info/menina-gravida-por-estupro-recebe-alta-apos-aborto-legal-em-sc/>.

MENDES, Soraia. "Caso da menina em SC: os delírios autoritários do Governo Federal". *Portal Catarinas*, 19/07/2022a. Disponível em <https://catarinas.info/caso-da-menina-em-sc-os-delirios-autoritarios-do-governo-federal/>.

MENDES, Soraia. "Sobre o estupro entre crianças e o caso de Santa Catarina". *Portal Catarinas*, 26/06/2022b. Disponível em <https://catarinas.info/sobre-o-estupro-entre-criancas-e-o-caso-de-santa-catarina/>.

PESSOA, Fernanda. "Manifestantes exigem garantia do aborto legal à menina de onze anos, em Florianópolis". *Portal Catarinas*, 22/06/2022. Disponível em <https://catarinas.info/manifestantes-exigem-aborto-legal-a-menina-de-onze-anos-em-florianopolis/>.

RIBEIRO, Kelly. "'Não é um caso isolado': barreiras para aborto legal revitimizam meninas". *Portal Catarinas*, 05/07/2022. Disponível em <https://catarinas.info/nao-e-um-caso-isolado-barreiras-para-aborto-legal-revitimizam-meninas/>.

SILVA, Janine Gomes da; ZANDONÁ, Jair. "Fazendo Gênero em tempos de pandemia: debates (im)pertinentes". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da *Revista Estudos Feministas* e do Conselho Editorial das revistas *Uniletras*, *Matuá Ciências* e *Letras, Literatura Hoje, Signótica* e *Anuário de Literatura*. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002 e ao PPG em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É profa. adjunta iv aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos destaca a coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas* entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências, (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes - Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas* (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º *Women's Worlds Congress*, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago07@gmail.com) é doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Emérita da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1967) e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983). Atualmente, é Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos temas gênero, gerações, subjetividades, modos de vida, com enfoque interdisciplinar. Participa do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas*.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

RAMOS, Tânia Regina Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza. "A REF em tempos de retomadas físicas, temáticas e políticas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e90535, 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebida em 15/08/2022

Aceita em 16/08/2022